

Collor acha LDO imexível

O presidente Fernando Collor pediu aos líderes do governo no Congresso Renan Calheiros, na Câmara, e José Ignácio, no Senado, que busquem um entendimento com as bancadas que apóiam o governo no sentido de aprovar, sem mutilações, e mantendo da melhor forma possível o conteúdo do texto original, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1991.

O projeto deverá ser votado na terça ou quarta-feira da próxima semana, em sessão especial que será convocada pelo presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, reunindo as duas casas (Câmara e Senado).

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias já passou pela comissão mista de Orçamento, onde recebeu diversas emendas, a maior parte delas, tentando alterar o ponto considerado pelo governo como o mais importante do texto original e que trata da questão do refinanciamento da dívida externa para Estados e Municípios.

Para este ano, o governo fixou o limite de pagamento obrigatório

das dívidas externas dos Estados e municípios em 25% do valor devido, permitindo, portanto, uma rolagem de 75% dos juros e amortizações.

Para 1991, o projeto de LDO original prevê uma rolagem zero, ou seja, os governos estaduais e as prefeituras terão de bancar o pagamento de toda a dívida externa a vencer.

Vários governadores e prefeitos, contudo, têm protestado contra a rolagem zero, ou através das lideranças dos seus partidos no Congresso ou dirigindo-se diretamente ao Presidente da República. Eles alegam que assim como o Governo Federal não está tendo condições de honrar os seus compromissos externos, os governos locais também não têm.

Para o Governo Federal contudo, a manutenção da rolagem zero na LDO, com relação à dívida externa dos Estados e Municípios, é imprescindível para a garantia das metas de controle do déficit público, necessária também ao controle da inflação.

13 JUN 1990

JORNAL DE BRASÍLIA